

INCLUSÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTE COM NECESSIDADES ESPECIAIS: O QUE PENSAM OS PROFESSORES

NELSI SALETE TONINI
JULIANA GUZZI MACHADO
MARISTELA SALETE MARASCHIM
ELIZABETH DE SOUZA
ANALIA FIORINI OGURA

UNIPAR- Universidade Paranaense. Cascavel-Pr, Brasil.

tonini@unipar.br

INTRODUÇÃO

O processo de ensino-aprendizagem nem sempre ocorre de forma tranquila e com o êxito que o professor almeja, devido as mais variadas situações que ocorrem em sala de aula como indisciplina, falta de material didático, excesso de alunos em sala, dentre outros. Quando os resultados não são atingidos conforme o desejo do professor, um misto de tristeza e decepção acomete este profissional que nunca foi tão exigido como nos tempos atuais. Com as políticas educacionais atuais, além do professor manter-se atualizado sobre os conteúdos de sua disciplina, ele precisa também estar constantemente revendo suas metodologias de ensino, visando suprir a necessidade coletiva e individual de seus alunos.

Para que o professor consiga vislumbrar o sucesso no processo de ensino-aprendizagem, é preciso que ele consiga ver o aluno como um indivíduo dotado de características próprias, tanto físicas quanto intelectuais. Dessa forma a abordagem dos professores para com os alunos com diferentes transtornos de aprendizagem demandam um atendimento mais específico.

Dentro dessa perspectiva que ao mencionar os temas pertinentes aos transtornos de aprendizagem há uma referência aos alunos que apresentam algum quadro de alterações no desenvolvimento neuro-psicomotor, alterações das interações sociais e na comunicação. Um repertório de interesses restrito, estereotipado e repetitivo, que dificultam o acompanhamento das atividades curriculares. Pode-se incluir no grupo alunos com Autismo clássico; Síndrome de Asperger; Síndrome de Rett; Transtorno Desintegrativo da Infância (psicoses) e os transtornos Invasivos sem outra especificação, transtorno global de desenvolvimento (TGD) dentre outros (ALVES, 2011).

Com a política atual de inclusão desses alunos, a escola passa a ter um papel social de extrema importância, pois acaba por garantir um lugar social para esses alunos. Crianças com transtornos de desenvolvimento apresentam diferenças e merecem atenção com relação às áreas de interação social, comunicação e comportamento. Na escola, mesmo com tempos diferentes de aprendizagem, esses alunos devem ser incluídos em classes com os pares da mesma faixa etária, conforme previsto nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9394/1996 (BRASIL, 1996).

Estabelecer rotinas em grupo e ajudar o aluno a incorporar regras de convívio social são atitudes de extrema importância para garantir o desenvolvimento na escola. Boa parte dessas crianças precisa de ajuda na aprendizagem da autorregulação no sentido de atender quaisquer que sejam suas dificuldades, sejam elas motoras ou intelectuais.

Os alunos com transtorno global de desenvolvimento (TGD) normalmente apegam-se a pessoas que confiam e que transmitam confiança, se elas conseguirem encontrar essas pessoas na escola, a contribuição com sua adaptação e aprendizagem será considerável. No Brasil, especificamente, esse debate ganhou força a partir da década de noventa, quando são elaboradas diretrizes oficiais que documentam e legitimam a educação como condição para promoção da inclusão social das pessoas com necessidades educacionais especiais, público atualmente definido em três grandes grupos: o de pessoas com deficiência, pessoas com

transtornos globais do desenvolvimento e pessoas com altas habilidades / superdotação, e demais necessidades (BRASIL, 2011).

MATERIAIS E MÉTODOS

Tratou-se de uma pesquisa de campo, com caráter qualitativo, o instrumento para coleta de dados foi um roteiro de entrevista semi-estruturada, com questões abertas previamente elaboradas. O questionário foi composto por 8 questões, dessas 4 para traçar o perfil do professor e 4 questões abertas norteadoras da pesquisa.

O cenário da pesquisa foi um colégio público Estadual do Município de Cascavel, localizado no Oeste do Paraná com um total de 427 alunos no período da manhã. Os sujeitos que fizeram parte da pesquisa foram à totalidade dos professores do ensino fundamental e médio. Para a realização da pesquisa de campo, foram entregues questionários para 35 professores, que foram deixados livres para respondê-lo no horário mais adequado. Sendo assim, 32 questionários foram respondidos e devolvidos. O critério de inclusão na pesquisa foi ser professor do ensino fundamental e médio, concordar em participar da pesquisa e assinar o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE). Os professores que não enquadravam-se nos critérios supracitados foram excluídos da pesquisa. Cabe ao pesquisador recolher os questionários respondidos com os professores participantes da pesquisa. A pesquisa ocorreu nos meses de Agosto e Setembro de 2013, sendo esse o período necessário para o recebimento dos questionários preenchidos.

A coleta de dados foi feita após a autorização do Comitê de Ética da UNIPAR considerado a Resolução 196/96 que estabelece as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos (BRASIL, 1996), todos os participantes da pesquisa que foram convidados a responder a entrevista foram esclarecidos quanto aos seus objetivos pela leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice 2), e somente participaram da mesma os professores que assinaram este termo, a presente pesquisa foi aprovado sob protocolo nº 341.840 de 25/07/2011.

Para análise dos dados coletados foi utilizada a técnica de análise de conteúdo categorial, definida como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Dentre os 32 professores do ensino fundamental e médio que participaram desta pesquisa, 75% são do sexo feminino e 25% do sexo masculino. Podemos constatar a predominância de professores do sexo feminino no ensino fundamental, talvez pelo fato de terem mais trato com alunos nesta faixa etária.

Em relação à faixa etária dos participantes da pesquisa, encontramos 12,5% encontram-se entre a faixa etária de 20 a 30 anos; 25% entre a faixa etária de 31 a 40; entre a faixa etária de 41 a 50 anos 28,12%; entre a faixa etária de 51 a 60 anos 28,13% e acima de 60 anos 06,25% dos participantes. Chamamos a atenção quanto à idade dos participantes que 62,05% estão entre a faixa etária de 41 a 60 anos e mais, se considerarmos o tempo de trabalho e a idade, verificamos que estes professores estarão entrando em processo de aposentadoria.

Esses índices podem ser a explicação para a dificuldade de aceitação da inclusão e, conseqüentemente, das novas responsabilidades que vem com ela. Não que haja algum preconceito em relação à idade do professor que está em sala de aula, mas comumente, os profissionais mais jovens tem mais facilidade para adequar-se às mudanças propostas. A novidade gera desconforto e nem todos estão prontos para sair de sua zona de conforto.

Quanto a escolaridade a totalidade dos participantes tem nível superior concluído e 90,62% possuem uma pós graduação em nível de especialização; e 3,1% tem mestrado e 3,1% doutorado e uma (1) não possui nenhuma pós graduação.

A educação permanente tem por objetivo direcionar as atividades educativas para a realidade institucional e para a necessidade do pessoal, de forma a proporcionar o desenvolvimento profissional e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade do trabalho de cada um. Para isso, a educação permanente procura estimular os profissionais por meio de seus instrumentos básicos, considerando-se que o exercício do fazer do professor requer habilidades e competências. É estimulado o uso da observação, da comunicação, da aplicação de métodos e princípios científicos, da destreza manual, da avaliação, do planejamento, da criatividade, do trabalho em grupo e da utilização de recursos da comunidade (NISHIO; BAPTISTA, 2009).

Passaremos a apresentar o resultado das questões relacionadas à temática que teve como objetivo principal conhecer a opinião dos professores sobre a inclusão de alunos com necessidades especiais na escola regular do ensino público em uma escola Estadual de um município da região Oeste do Paraná.

Em relação à primeira questão do instrumento que diz respeito à permanência e as dificuldades enfrentadas de alunos com necessidades especiais em sala regular destacamos as seguintes temáticas: constatou que 18,18%, disseram que ocorre déficit na formação inicial; 9,09%, responderam a falta de professor/monitor para auxiliar os alunos inclusos, 9,09%, relatam preconceito dos colegas, 63,64%, ressaltam a dificuldade pela quantidade de alunos em sala de aula.

Nas respostas obtidas por meio da primeira questão, é possível perceber que os professores não são contrários ao processo de inclusão de alunos com necessidades especiais, eles são contra a forma com que a inclusão vem sendo realizada. Conforme pode ser percebido nos trechos retirados das respostas, a angústia dos professores é perceber que a inclusão está mais com característica excludente, ao contrário da proposta, e complementar do professor influenciam nos resultados de seu trabalho com alunos inclusos.

Quando parte-se do ensino uma visão voltada aos direitos humanos e cidadania, passa-se a vislumbrar uma escola ainda mais acolhedora, que possa incluir pessoas, e que nela tenha interesse e condições de serem inseridas. Neste contexto, a legislação brasileira deu mais um importante salto rumo à evolução do acesso à escola, visando atender as diferenças intelectuais, físicas, culturais, sociais e lingüísticas, entre outras, estruturantes do modelo tradicional de educação escolar.

O Departamento de Educação Especial surge com o objetivo de implementar políticas públicas visando o respeito à diferença e promoção dos direitos humanos (BRASIL, 2011).

Assim, a necessidade de reformular o projeto curricular passa a ser considerado um trabalho coletivo onde um conjunto de idéias são propostas para melhorar o processo de ensino-aprendizado (ARCO-VERDE, 2004).

Em relação à questão relacionada a dificuldade no planejamento de aula diferenciada para o aluno incluso, elencamos cinco temáticas, onde obtivemos resultados de 43,47% que mencionam a falta de conhecimento/despreparo dos profissionais; 28,26% relatam a dificuldade de elaboração e falta de materiais diferenciados; 15,21% disseram que a horatividade é insuficiente; 6,52% Indisciplina na sala de aula dificulta um atendimento diferenciado e falta de apoio pedagógico.

O professor reconhece suas dificuldades como sujeito ativo no processo de inclusão, fica clara essa auto-avaliação nas respostas da questão dois. A consequência da falta de conhecimento recai em outro obstáculo que é a elaboração de materiais diferenciados para os alunos inclusos.

Conforme Cornachini (2012), o professor precisa entender o universo de alunos com transtornos de aprendizagem e transtornos globais de desenvolvimento para então adequar sua prática docente. Por tanto, se o professor não consegue compreender a especificidades do seu alunado, fica praticamente impossível realizar a inclusão de forma satisfatória.

A legislação brasileira evoluiu no que diz respeito à inclusão e aos direitos humanos, reconhecendo a importância desse processo para indivíduos com transtornos (PAULON; SIMONE; MAIERES, 2005). Por outro lado, o modelo tradicional ainda mantém-se muito presente nas escolas, sendo este, mais uma possível causa para a mudança no processo de ensino-aprendizagem.

Em relação à questão três que abordou sobre a capacitação recebida pelos professores, mostra um dado bastante preocupante: 51,28% dos professores pesquisados mencionaram que não possuem nenhum conhecimento sobre educação especial e inclusiva. Esse índice mostra como a inclusão pode estar sendo realizada de forma inadequada. Outros 20,51% possui conhecimento sobre o assunto, realizaram especialização em educação especial para assim suprir a carência de informações sobre a inclusão.

Paulon, Simone e Maieres (2005) menciona em sua pesquisa as constantes mudanças que a educação brasileira sofre, encontrando-se em evolução. A inclusão socioeducacional, pode ser considerada importantíssima para uns, desnecessária para outros. O importante é que escola e professor dêem todo o acolhimento que este aluno necessita. Muito embora ainda haja muitos obstáculos para qualquer pessoa que não esteja dentro dos padrões impostos pela sociedade.

Quanto às sugestões para inclusão dos alunos especiais nas escolas, 43,18% dos participantes da pesquisa sugerem a educação continuada dos professores; em seguida 13,63% ressalta a permanência de monitor e/ou professor auxiliar em sala; 11,36% mencionam a necessidade da estrutura física adequada; 4,54% sugeriram o número adequado de alunos por sala; mudanças na formação inicial 4,54%; melhoria na estrutura do sistema educacional 4,54%, suporte profissional para elaboração de material didático diferenciado 4,54%, fornecimento de material adequado e gratuito ao aluno 4,54%, conscientização a aceitação dos demais alunos 2,27%, tempo fora da sala de aula para trabalhar com os alunos 2,27%, formação adequada aos profissionais 2,27%.

Dados supracitados que representam a consciência do professor em relação a sua falta de conhecimento sobre o assunto e a necessidade de supri lá.

Observa-se números expressivos nos dados obtidos a falta de conhecimento e formação específica, sendo que os professores referem que momentos destinados à formação continuada fossem também para qualificação dos professores com temáticas pertinentes a inclusão. Outro ponto mencionado, é que normalmente os professores não tem acesso aos laudos ou informações sobre as dificuldades, assim dificulta o momento de preparar as atividades dos alunos, dessa forma, fica a equipe pedagógica responsável por essas informações.

Segundo Paraná (2008) alunos com Transtornos Globais do Desenvolvimento tem direito a um Professor de Apoio em Sala – PAS. Professor de Apoio é um profissional de apoio especializado, que atua no contexto da sala de aula, nos estabelecimentos do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos. Ao identificar a necessidade de solicitação deste profissional, a escola deve cumprir os trâmites mencionados na resolução em questão para receber este apoio pedagógico.

CONCLUSÃO

Por meio da pesquisa sobre a inclusão sócio-educacional de alunos com Transtornos Globais de Desenvolvimento, foi possível evidenciar algumas limitações dos professores frente à forma com que a inclusão ocorre nas escolas. Já que o professor tem a função de ser o mediador entre o aluno e o conhecimento, bem como nas práticas pedagógicas.

Faz-se necessário ressaltar que o professor realiza um papel fundamental e de extrema importância na vida do aluno, neste contexto ocorre trocas de experiências, influências devido à interação social, afetividade entre os mesmos, sofrimento de ambas as partes quando a aprendizagem não acontece de forma significativa.

Dessa forma quando discuti-se a temática inclusão de alunos especiais observa-se através dos dados da pesquisa que o professor está ciente de suas obrigações e suas limitações no trato com os alunos, bem como da necessidade de mudanças em vários aspectos, seja pela falta de materiais adequados, pela estrutura física ineficaz ou por falhas do próprio sistema.

A inclusão é um direito do aluno, cabe ao professor ter consciência de que cada aluno é único em habilidades e dificuldades, no entanto é difícil prever essa individualidade ao ministrar as aulas. Sendo assim pode-se concluir que a inclusão muitas vezes não ocorre de forma efetiva, já que os mesmos mencionam dificuldades de forma geral.

Para que haja um avanço rumo à inclusão é necessário um conjunto de ações importantes do sistema de ensino, nas práticas inclusivas e das equipes gestoras, não podendo transferir ao professor a responsabilidade isolada ao fracasso ou ao sucesso da inclusão.

Palavras-chave: Transtornos de aprendizagem, Inclusão sócio-educacional, Ensino.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. D; GUARESCH, T. **Transtornos Globais do Desenvolvimento**. 2011. Disponível em < <http://elaineaee.blogspot.com.br/2011/11/transtornos-globais-do-desenvolvimento.html>> Acesso em Ago. 2012.

ARCO-VERDE, Y. F. S. **Reformulação curricular no Estado do Paraná** – um trabalho coletivo. In: Primeiras reflexões para a reformulação curricular da educação básica no Estado do Paraná. Curitiba: SEED/SUED, 2004. Disponível em < ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/educar/article/download/2159/1811> Acesso em 20 de set. de 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Leis de Diretrizes e Bases da Educação**. LDB 9394/96. Brasília, 1996.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília, 2011.

BRASIL. **Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos**. Resolução 196/96. Disponível em < <http://www.ufrgs.br/bioetica/res19696.htm>>. Acesso em 20 de set. de 2013.

CORNACHINI, L. **Tudo sobre TDAH**. 2013. Disponível em <http://www.tdah.net.br/psint.html>. Acesso em 17 Ago. 2012.

NISHIO, E. A.; BAPTISTA, M. A. C. S. **Educação permanente em enfermagem: a evolução da educação continuada**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

PAULON, B.; SIMONE C.; MAINIERES, J. A **Politica da Inclusão**. São Paulo: Editora Atlas, 2005.

PARANÁ. Secretaria de Educação. **Professor de Apoio em Sala de Aula**. Disponível em <http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/instrucoes/instrucao102008sued.pdf>. Acesso em 04 de Novembro de 2013.

RUA DA BANDEIRA, 447 – CENTRO – CASCAVEL – PR. CEP- 85.812-270.

INCLUSION OF CHILDREN AND TEENS WITH SPECIAL NEEDS: WHAT THE TEACHERS THINK

ABSTRACT: For the process of teaching and learning to be successful several factors must be considered and planned. The inclusion of people with special needs in mainstream schools is reality and it is up to the teacher-conductor one of the main roles for inclusion to occur satisfactorily. This field study aimed to know the views of teachers on the inclusion of students with special needs in school; identify the type of access that these students have the common learning; meet the offer of educational services and specialize check for problems by the teacher in performing activities with these students. After conducting literature survey, the questionnaire for teachers of Basic Education expose your opinion on the subject in question was applied. It was found that the teacher is aware of their important role in the inclusion process, but the lack of real knowledge about the types of learning disorders and the number of students in class are the factors that most contribute to the student's attendance does not is realized in the most appropriate way to your need.

Keywords: Learning disorders, social and educational inclusion, education.

INCLUSION DES ENFANTS ET ADOLESCENTS AYANT DES BESOINS PARTICULIERS: CE QUE LES ENSEIGNANTS À L'ÉGARD

RÉSUMÉ: Pour que le processus d'enseignement et d'apprentissage soit un succès plusieurs facteurs doivent être pris en compte et planifiés. L'inclusion des personnes ayant des besoins spéciaux dans les écoles d'enseignement régulier est une réalité et il appartient à l'enseignant-régent l'un des rôles principaux pour que l'inclusion soit produite de manière satisfaisante. Cette étude vise à connaître les points de vue des enseignants sur l'intégration des élèves ayant des besoins spéciaux à l'école; identifier le type d'accès que ces étudiants ont à l'apprentissage commun; connaître l'offre de services éducatifs et de se spécialiser et vérifier s'il y a quelque difficulté de l'enseignant en réaliser des activités avec ces élèves. Après avoir mené l'enquête de la littérature, le questionnaire destiné aux enseignants de l'Éducation de Base pour exposer leur opinion sur le sujet en question a été appliquée. Il a été possible constater que l'enseignant est conscient de son rôle important dans le processus d'inclusion, mais le manque de connaissance réelle sur les types de troubles d'apprentissage et le nombre d'élèves en classe sont les facteurs qui contribuent le plus pour que le traitement de l'étudiant ne soit pas réalisé de la manière la plus appropriée à ses besoins.

Mots-clés: troubles d'appren

INCLUSIÓN DE NIÑOS, NIÑAS Y ADOLESCENTES CON NECESIDADES ESPECIALES: LO QUE LOS MAESTROS PIENSAN

RESUMEN: Para el éxito del proceso de enseñanza aprendizaje es necesario que varios factores sean previstos y considerados. La inclusión de persona con necesidades especiales es realidad en las escuelas regulares y compete al profesor dirigente uno de los principales papeles que es lo de mediador de esta acción. La presente investigación de campo tuvo por objetivos, al principio, conocer las opiniones de los profesores acerca de la inclusión de alumnos con necesidades especiales en la escuela; identificar el tipo de acceso que esos alumnos tienen respecto al aprendizaje común; conocer la oferta de atención educacional especializada y verificar si hay alguna dificultad por parte del profesor en realizar actividades con esos alumnos. Trás estas acciones y el levantamiento bibliográfico, fue aplicado a los profesores de Educación Básica, un cuestionario sobre el tema para que expusiesen sus opiniones. A partir de ello fue posible comprobar que el profesor está ciente de su importante

función en el proceso de inclusión, sin embargo la falta de conocimiento real sobre los tipos de trastornos de aprendizaje y la cantidad de alumnos en sala de clase son los factores que más contribuyen para que no se concrete el atendimento adecuado a cada necesidad.

Palabras clave: trastornos del aprendizaje, la inclusión social y educativa, la educación.

INCLUSÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTE COM NECESSIDADES ESPECIAIS: O QUE PENSAM OS PROFESSORES

RESUMO: Para que o processo de ensino-aprendizagem tenha êxito é preciso que vários fatores sejam previstos e considerados. A inclusão de pessoa com necessidades especiais é realidade nas escolas regulares e, cabe ao professor-regente um dos principais papéis para que a inclusão ocorra de forma satisfatória. A presente pesquisa de campo teve por objetivo conhecer a opinião dos professores sobre a inclusão de alunos com necessidades especiais na escola; identificar o tipo de acesso que esses alunos tem ao aprendizado comum; conhecer a oferta do atendimento educacional especializado e verificar se há dificuldades por parte do professor em realizar atividades com esses alunos. Após realizar levantamento bibliográfico, foi aplicado o questionário para que professores da Educação Básica expusessem sua opinião sobre a temática em questão. Foi possível constatar que o professor está ciente de sua importante função no processo de inclusão, mas a falta de conhecimento efetivo sobre os tipos de transtornos de aprendizagem e a quantidade de alunos em sala são os fatores que mais contribuem para que o atendimento do aluno não seja concretizado da forma mais adequada com sua necessidade.

Palavras-chave: Transtornos de aprendizagem, Inclusão sócio-educacional, Ensino.